

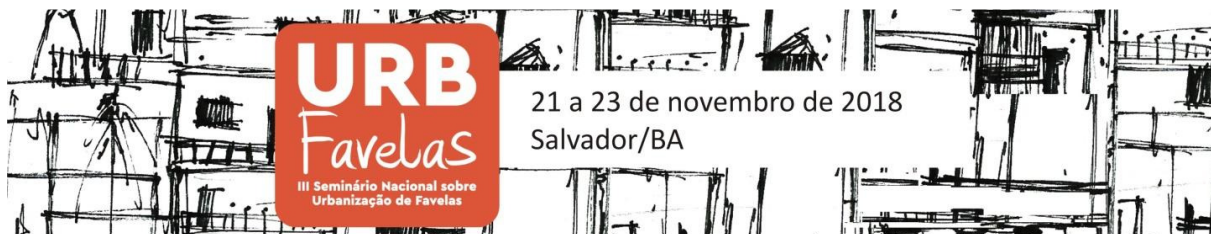


III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

A FAVELA COMO PARTE DA PAISAGEM CULTURAL URBANA: O CASO DO CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO EM FORTALEZA - CE

Rafael Carvalho Fernandes Pereira (Uni7) - rcarvalho.fp@gmail.com
Estudante Universitário - Curso de Arquitetura e Urbanismo

André Araújo Almeida (Uni7 e Unifor) - arqandrealmeida@netscape.net
Arquiteto urbanista, professor universitário (UNI7/UNIFOR), Membro Suplente do Conselho de Habitação Popular de Fortaleza



A FAVELA COMO PARTE DA PAISAGEM CULTURAL URBANA: O CASO DO CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO EM FORTALEZA

RESUMO:

O presente trabalho aborda a conceituação de favela e seu potencial de incorporação como parte da paisagem cultural urbana, mesmo contra a lógica de negação deste como parte da cidade. A partir da compreensão dos modelos urbanísticos ao longo da história, traça-se um paralelo entre a cidade “formal” e as características da favela como reprodução contemporânea da cidade tradicional, modelo salutar para a vida social urbana. Para isso estuda-se o caso do Conjunto São Vicente de Paulo, espaço de origem popular localizado em área de consolidação urbanística e forte valorização imobiliária na cidade de Fortaleza. Nascido como assentamento espontâneo em duas quadras resultantes de loteamento na região da Aldeota, sofreu intervenção do Estado com um projeto de urbanização entre as décadas de 1970 e 1980. O projeto padronizou o espaço segundo modelos habitacionais modernistas, desconstruindo o assentamento original. Passados mais de 30 anos, hoje a área apresenta fortes indícios de reapropriação pelos moradores, cujos elementos identitários diferenciam-se do padrão de desenvolvimento do entorno. O trabalho identifica como, mesmo sofrendo intervenção homogeneizadora, a Favela das Quadras, ao se constituir em Conjunto, readapta-se e, passados 30 anos, apresenta nova conformação urbanística, materialização das relações sociais autônomas existentes.

Palavras-chave: paisagem cultural urbana. Assentamentos precários. Fortaleza..

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações.

ST-5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos.

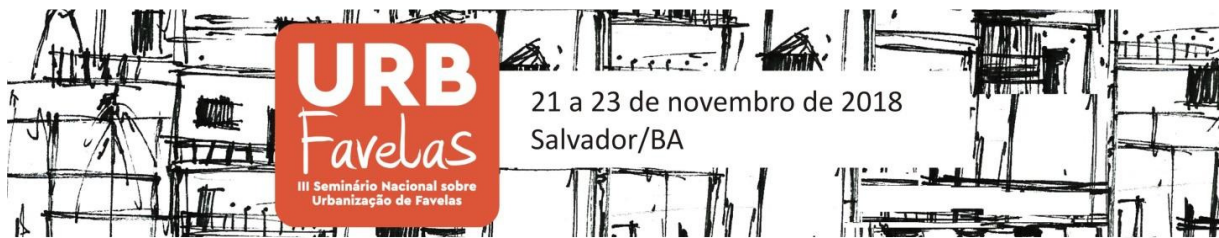


1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a “favela” como conceito e manifestação física da cultura popular frente às necessidades de ocupação do espaço urbano. Tal prática, de ação cletiva espontânea, compõe a paisagem das cidades, somando, algumas vezes à favor, e em muitas outras contra, as forças sociais, econômicas e políticas vigentes, produzindo uma forma de apropriação cultural e ocupação do espaço que difere daquela dita “formal” das cidades.

Para compreensão do conceito, é feito neste trabalho um paralelo com as “cidades tradicionais”, apontando suas características e peculiaridades, e os processos de transformações urbanas pós-Revolução Industrial. Para as cidades brasileiras, observa-se como as favelas participaram, ao longo do século XX, do desenvolvimento das metrópoles nacionais, tornando-se não apenas (sub)produto do crescimento urbano, como muitas vezes são vistas, mas parte desse próprio processo. Negar isso serve para embasar, de certa forma, ações deliberadas de intervenção nestes espaços, pautadas no discurso da precariedade e das limitações econômicas para destruir, física e culturalmente, tais espaços. Cabe destacar que nesse contexto compreende-se as limitações metodológicas enfrentadas para realização desta pesquisa, tais como a escassez de registros históricos e documentais sobre a população tida como periférica, e as alterações (ou mesmo erradicação) de tais espaços por intervenções “civilizatórias”. Grave equívoco. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Censo Demográfico 2010), cerca de 6% da população brasileira mora em aglomerados subnormais o que somam mais de 11,42 milhões de pessoas. Desse total, mais de 6 milhões (cerca de 54%) estão nas metrópoles, chegando a mais de 8 milhões (74%) nas metrópoles e suas abrangências.

Discutir as favelas no Brasil é discutir tanto o direito à cidade quanto a própria cidade em si. É preciso desmistificar conceitos estabelecidos ao longo do tempo por uma historiografia excludente e por políticas públicas que ideologicamente negam e marginalizam a ocupação popular, parcela significativa da população e do espaço urbano. Buscando despir-se de definições pré-estabelecidas, este trabalho tem o Conjunto São Vicente de Paulo, em Fortaleza – CE, como objeto de estudo a partir do entendimento de suas dinâmicas e de sua identidade cultural própria a partir da sua origem como favela. Espera-se, a partir desse caso, contribuir para a (re) construção da história urbana de Fortaleza, colaborando para valorização da favela como parte da identidade da paisagem das cidades brasileiras.



2 A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DA FAVELA: CONCEITOS E PROCESSOS

A cidade é objeto de identificação dos seus moradores, onde eles se reconhecem e se definem por meio dela. Do mesmo modo, é por meio dessas identidades, construídas por cada morador e por seus grupos sociais distintos, é que compreendemos como as relações de seus habitantes acontecem. Sendo assim, iniciamos este estudo com reflexões acerca da identidade urbana e sua relação com os modelos de cidades tradicional e moderna, passando posteriormente pela compreensão de como se dá a incorporação ideológica e paisagística da favela como parte da identidade urbana.

2.1. Reflexões sobre paisagem e identidade urbana

É na evolução da paisagem urbana que os moradores das cidades encontram vestígios dos antigos costumes e modos de vida, sinais hereditários presentes no patrimônio cultural e construído. Tais sinais, físicos e cognitivos, são necessários à compreensão da cultura urbana atual, pois são os elementos concretos da nossa memória coletiva. Importa frisar que essa memória, como afirma Jodelet (2002, p. 32), “[...] se apoia em imagens espaciais, e não existe memória coletiva que não se desenvolva num quadro social”.

O espaço urbano é assim um produto das manifestações e costumes de um povo, retrato físico da maneira com que os indivíduos se relacionam entre si, com os grupos sociais e com os espaços construídos. Como observa Lucrecia Ferrara (1996):

A cidade é uma explosão de informações que se renova na medida em que o Homem, impelido a uma nova forma de ganhar a vida, desenvolve complexas relações com a natureza, consigo mesmo e com outros homens. O ambiente urbano decorre dos impactos produzidos por aquelas relações que, conquanto eficientes para a explicação do fenômeno urbano, não são auto-evidentes, ou seja, não podem ser apreendidas senão pelas marcas e sinais que deixam impressas no cotidiano dos lugares, ou nos hábitos, nas crenças, valores e ações de uma coletividade (p. 63-64).

Isso trás como consequência a criação do que chamamos por “identidade” do espaço urbano, um sentimento dinâmico de pertencimento, construído ao longo do tempo através das memórias coletivas, reforçadas pelas representações sociais e físicos presentes na paisagem. Essa identidade, que pode ser individual ou coletiva, é construída, como afirma Jodelet

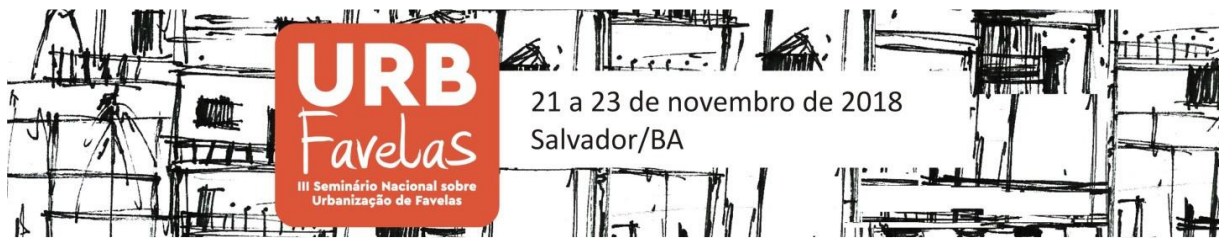


(2002), sob diferentes formas de atuação dos indivíduos, que “imprimem” suas características nestes locais:

Nessa perspectiva, o ambiente construído terá um papel na constituição da identidade pessoal e social, sob a forma, em particular, do que Harold Proshansky chamou “identidade dos lugares”. Essa identidade dos lugares se refere a dois aspectos importantes. Por um lado, ela concerne ao passado ambiental do sujeito, que, retomando uma expressão de Proshansky, é um pout-pourri de memórias, concepções, interpretações, idéias e sentimentos, a propósito dos diferentes espaços e lugares vivenciados ao longo da vida. E esse aspecto de memória é completado pelo fato de que a identidade dos lugares vem trazer um elemento de bem-estar ao indivíduo, que pode encontrar frequentemente ambientes com o lugar de sua moradia, consegue compensar essas ameaças. Os lugares físicos e suas características específicas podem ser vistos e utilizados de diferentes formas, para proteger a identidade pessoal, em particular, segundo Proshansky, contra uma baixa estima de si mesmo (JODELET, p. 37, 2002).

Contudo, a cidade contemporânea não tem conseguido garantir a preservação desse patrimônio, fundamental para apreensão da paisagem urbana e da consolidação do senso de identidade. Ao contrário, essa perda de informações acaba por modificar nossa percepção das cidades, tendo como consequência a reconstrução da identidade que temos dela, como sociedade, e a forma com que nos relacionamos dentro dela e com o nosso espaço urbano. Assim, para compreender a noção de identidade na cidade contemporânea, é preciso retomar a história recente. No contexto das mudanças econômicas e sociais pós Revolução Industrial, Panerai *et al.* (2013) estudam algumas transformações urbanas no século XIX e suas consequências na forma, no uso, na paisagem e na identidade das cidades industriais. Os autores destacam as alterações ocorridas na identificação com esses lugares, e como a população necessitou readaptar-se à nova realidade.

Em um tempo marcado pelas influências da Paris idealizada pelo Barão de Haussmann, a cidade que trataremos por “tradicional”, ou seja, antes das intervenções urbanísticas, era marcada pelas características das cidades medievais e barrocas, tanto no traçado e na arquitetura, quanto na estruturação social: quadras urbanas irregulares na forma e múltiplas nos usos, ocorrendo, nos mesmos espaços, o trabalho e a vida social paralelamente.



A quadra e o traçado das intervenções haussmanianas, porém, ignoravam e excluíaam essa diversidade. Segundo Panerai *et al.* (2013), a nova configuração de quadras consagrou um novo espaço e seu uso, onde, o espaço público torna-se o lugar hegemônico da circulação enquanto que os espaços abertos, como largos, praças e parques, ou fechados, sejam parques, sejam edificações, na maior parte “privadas”, tornam-se o *locus* preferencial da vida “social”.

Em sendo Paris considerada por muito tempo um modelo urbano-cultural, essa construção racional acaba se difundindo e se consolidando entre cidades industriais e não industriais ao longo das décadas, segregando e isolando, no século XX, os elementos fundamentais da composição da cidade: a vida social. Esta racionalização encontra campo fértil no urbanismo e na arquitetura propostos pelos arquitetos idealizadores do movimento moderno. Na busca por uma maior rentabilidade e melhor aproveitamento das áreas segundo a legislação reguladora, as cidades passam a presenciar pouco a pouco a perda das relações urbanas entre lote/edificação e espaço público, a repetição de modelos projetuais pré-concebidos e a uniformidade de alçados urbanos. Como afirma Panerai *et al.* (2013):

A abolição das diferenças entre as faces de uma edificação e entre seus pavimentos, consequência da homogeneização do espaço, levou a similitude no tratamento das fachadas, à repetição modular de uma célula ou a unidade de habitação, cujas aberturas são escolhidas e repetidas *ad infinitum* e já não expressam um diálogo com o espaço urbano. (p. 199).

Para os idealizadores e construtores da paisagem urbana da cidade industrial moderna (e pós-moderna), a estética e funcionalidade da cidade tradicional é, segundo Panerai *et al.* (2013), secundária. É o conforto para os usuários na cidade que realmente importa para a “nova” cidade, evidenciado no espaço urbano o pensamento racional moderno em contraposição ao tradicional. Assim, esse modelo funcionalista e homogeneador, que nega ou diminui a importância dos vestígios materiais e imateriais que geram o sentimento de identidade e pertencimento, entra em conflito, e muitas vezes se sobrepõe, ao modelo tradicional. Como nos lembra Mumford (1998) quanto ao planejamento orgânico:

[...] não começa com uma finalidade preconcebida: move-se de necessidade em necessidade, de oportunidade a oportunidade, numa série de adaptações que se tornam, elas próprias, cada vez mais coerentes e cheias de propósitos, de tal forma que geram um plano complexo final, dificilmente menos unificado que um modelo geométrico pré-formado. (p. 329)



Esses modelos, contudo, encontram-se ainda presente, seja nas cidades dos países de primeira industrialização, sejam naqueles de industrialização tardia, como o Brasil, que viram as consequências da urbanização acelerada do século XX se materializarem em cidades onde identificamos traços de ambos os modelos de forma marcante, compondo na paisagem urbana a identidade e complexidade da sociedade brasileira.

2.2. A “tradicionalidade” da favela -

No Brasil, a assim chamada “favela” é o espaço da cidade que possui características específicas, diferenciadas, mas em convivência com a chamada cidade ‘formal’. Essa cidade formal costuma ser planejada geometricamente, segundo modelos definidos em diversos momentos pós-Revolução Industrial. A favela, por sua vez, nasce de ocupações do espaço urbano por grupos sociais vulneráveis, que não participam do desenvolvimento formal da cidade, mas que mesmo assim o compõem como partes fundamentais na estruturação socioeconômica da própria sociedade.

Estas interações de modelos resultam em conflitos implícitos entre ambos, mas que pela sua própria informalidade e organicidade, parecem produzir espaços nas favelas aparentemente melhor adaptados aos seus habitantes, mesmo com as precariedades materiais existentes. Acrescenta-se a essa premissa a percepção de que o espaço da favela e o espaço medieval apresentam grandes semelhanças quanto sua organicidade e o desenvolvimento natural dos seus espaços (LOUREIRO;MEDEIROS, 2014b).

É necessária então uma nova apreensão do conceito favela, resultada de uma síntese para a sua conceituação que venha servir de referência tanto para o imaginário social quanto para a elaboração de políticas públicas e de desenvolvimento das cidades (SILVA et al. 2009). O espaço criado e as formas de vida que ali se desenvolvem, espontâneos e compartilhados, são condizentes com as necessidades de seus habitantes. Por esse motivo, as favelas apresentam forte caráter identitário, tanto na paisagem física como cultural da cidade. Apesar de seu conjunto inquestionável de problemas e questões ligadas à precariedade socioeconômica que certamente devem ser superadas, a favela é complexa e viva, em constante adaptação, onde estão presentes diversos aspectos da vida social em relativa organização orgânica. Esta posse e utilização do espaço da cidade em seu conjunto age como um direito social à moradia, que caracteriza esta tipologia de ocupação (SILVA et al. 2009).



A autoconstrução e o compartilhamento dos espaços logo desperta nos moradores o sentimento de pertencimento, afinal foram eles que delimitaram os lotes, largura e traçado dos becos e vielas, o que para muitos, acaba por ter caráter labiríntico. Segundo Paola Berenstein Jacques (2001), este caráter de labirinto é dado pela falta de referências urbanas, geralmente geométricas e estáticas, imutáveis, facilmente perceptíveis pela razão humana, às quais a cidade moderna está acostumada em seus bairros “formais”. A favela, por sua vez, é mais propícia a mudanças, menos limitada à rigidez formal geométrica, e mais influenciada pelas condicionantes ambientais, o que confere um “movimento” neste desenho de “labirinto”.

A autora observa que neste modelo de espaço urbano o percurso (e acrescentamos o relevo) é o que determina o caminho e a malha viária, o que o torna orgânico, ao contrário do planejamento urbano modernista que já teriam as vias definidas e mapeadas em planta. Nas favelas os mapas de vias e casas não são planejados, mas consequência do desenho resultante do espaço já ocupado e delimitado pelas edificações.

Para Letícia Oliveira (2010), o resultado sinuoso do traçado das vias é imprevisível. Nele encontramos, além da ausência de regularidade geométrica, também ausência de recuos, descontinuidade dos becos, alto gabarito de edificações e ausência de lotes vazios, todas estas informações dão características de uma volumetria e característica única a estes espaços.

Para a autora, é difícil compreender porque na Europa esse traçado orgânico é tão valorizado, e em nosso país, há várias tentativas de erradicação e substituição desse pela quadrícula. Segundo a autora, há uma conexão, mesmo que infundada, entre precariedade do espaço urbano e morfologia viária. Consideramos que isso é consequência, entre outras coisas, da negação da cidade informal devido à sua precariedade socioeconômica. Contudo, a característica morfológica nada tem a ver com a qualidade estrutural do espaço.

Ainda quanto a forma da favela, Loureiro e Medeiros (2014b) apontam a falta de conformidade com modelos pré-determinados, resultado da auto-construção e da auto-organização na constituição desses espaços, o que gera incompreensão por grande parte da sociedade. Este distanciamento nas favelas da formalidade das regras e planejamentos de bases contemporânea e modernistas, como observado por Loureiro e Medeiros (2014a) também foram destacados por Panerai *et al.* (2013) ao analisarem as cidades tradicionais: “estas qualidades: proximidades, variedade de usos e imprevisibilidade, ou seja, um espaço

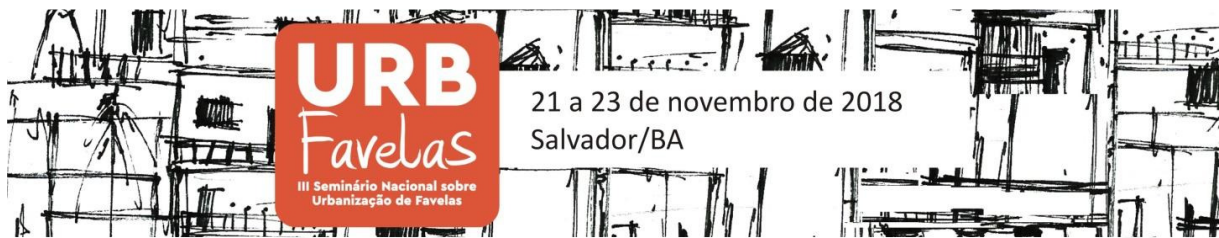


público acessível a todos, uma variedade de atividades mistas, uma área construída que se adapta e se transforma, vizinhanças não planejadas.”(2013, p. 203).

Com relação à arquitetura das favelas, Daniella Oliveira (2012) observa que as edificações não são construídas para serem imóveis, como na arquitetura erudita, mas com imprevisto na construção e na organização do espaço a partir de necessidades imediatas. Os materiais de construção utilizados nessa arquitetura popular não costumam ser utilizados na construção civil (materiais industrializados, placas pré-fabricadas, chapas metálicas dentre outros). Ao contrário, quando o objeto arquitetônico se encontra em sua forma primária (barracos de madeira ou casas de arquitetura em terra, por exemplo), sua materialidade, a partir do que a natureza disponibiliza no local, o permite ser adaptado, reaproveitado, ou mesmo transportado, reerguido e reutilizado. Devido à sua efemeridade, ou mesmo sua aparente precariedade, essas edificações sofrem intensas modificações das suas estruturas, podendo ser trocados materiais ou adicionados espaços com certa frequência, ampliando ou qualificando a edificação ao longo do tempo. Este é um dos motivos da sensação de constante mudança da aparência das favelas nas cidades.

Conforme Fernandes (2010), estas ampliações, frequentemente verticalizadas pela carência de terreno, acabam por criar um dos elementos mais conhecidos da favela, a “laje”. Esse elemento usa a mesma nomenclatura do elemento estrutural “laje”, mas adquire um novo significado: a recuperação do quintal perdido, já que normalmente as casas ocupam a maior parte ou mesmo a totalidade do lote. É a constituição material do instrumento jurídico conhecido popularmente como “solo criado”. Estas lajes possuem a capacidade de acolher diversas atividades familiares ou mesmo sociais dos seus habitantes. Esta dinâmica, seja horizontal de construção ou vertical de expansão, é o que denota à favela uma ideia de constante movimento e transformação.

Diante do exposto até aqui, observamos que a diferença entre arquitetura erudita e arquitetura popular ou espontânea, segundo Jacques (2011, s.p.), é que “os arquitetos espacializam o tempo e os construtores das favelas temporalizam o espaço”. Na favela, a forma de conceber o espaço é diferente. Como nas cidades tradicionais, ou pré-renascentistas, não existe a noção do projeto; cada objeto construído é inevitavelmente diferente do outro, extinguindo a repetição de modelos preestabelecidos e gerando uma grande diversidade de soluções. A casa da favela é orgânica, ou seja, flexível e consegue conciliar o crescimento e



necessidades das famílias, sendo algumas destas já feitas com o intuito de verticalizar. Talvez por isso Salíngaros et al., (2010) defendam que:

[...]o tecido urbano orgânico é uma extensão da biologia humana, enquanto a construção planejada é uma visão artificial do mundo imposta pela mente humana sobre a natureza. O primeiro é cheio de vida, mas pode ser pobre e insalubre, enquanto o último é limpo e eficiente, mas estéril. (p. 194).

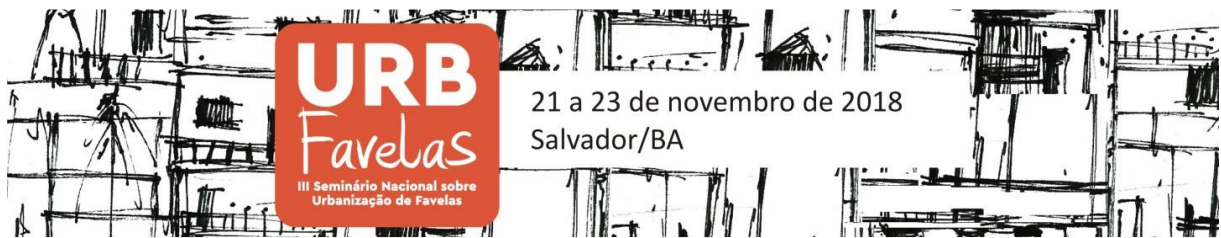
A ideia de ordem visual moderna, “limpa e eficiente” ainda parece ser o modelo almejado por nossas cidades, considerando inválido aquilo que for contrário as seus tratados de planejamento formal. Porém, a ordem orgânica que encontramos nas favelas foge dessa ordem visual, assemelhando-se mais à ordem descrita por Panerai *et al.* (2013), marcado pela “proximidade, variedade de usos e imprevisibilidade, ou seja, um espaço público acessível a todos, uma variedade de atividades mistas, uma área construída que se adapta e se transforma, vizinhanças não planejadas” (p. 203). Tais qualidades das favelas estão mais próximas àquelas existentes nas cidades tradicionais, eficientes diante das necessidades de suas épocas e, de certa forma, mais próxima da escala das necessidades humanas.

2.3. Favela e identidade na paisagem urbana

A produção das favelas é o que vem modificando parte das paisagens urbanas nos últimos 100 anos (HUGUENIN, ANDRADE. 2014). No caso brasileiro, porém, a cultura urbana tem parte das suas raízes nas favelas. Por esse motivo, é equivocado entender a favela como “modificação” da paisagem quando ela é a própria paisagem. A favela, mesmo não sendo um elemento morfológico exclusivamente brasileiro já que se apresenta em diversos outros países sob outras denominações, é parte da nossa tradição construtiva, e tem sua relevância sendo pouco a pouco admitida na história e na paisagem do nosso país.

Cantarino (2007), por exemplo, aponta que os bairros mais carentes, fortemente caracterizados pela autoconstrução, são capazes de contar uma parte significativa da história das cidades. Destaca ainda que essa história, diferente daquela oficial, apresenta fortes referências culturais de seus próprios habitantes, o que é importante para a constituição ou consolidação da identidade do lugar.

Também Huguenin e Andrade (2014) entendem que a paisagem da favela, ou da autoconstrução, pode ser considerada um tipo de manifestação cultural popular. Os autores



descrevem a paisagem como um elemento que possui “dupla dimensão: a do concreto, ou seja, da materialidade, e a das representações, que carrega fortes valores simbólicos do imaginário social” (p. 03).

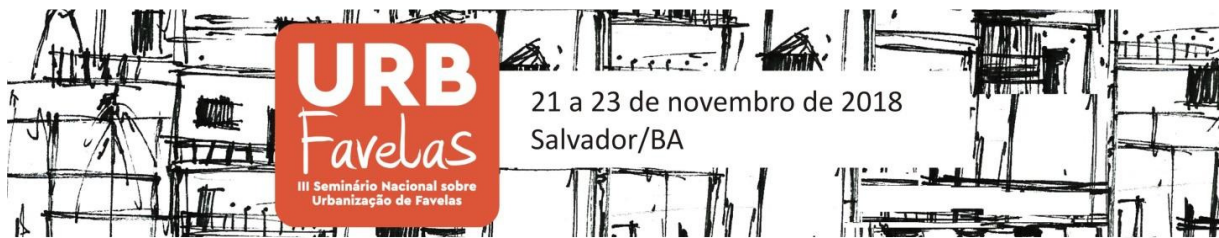
Da mesma forma, Jacques (2001) percebe que a favela tem a sua própria ‘identidade espacial’, materializada na sua configuração formal que faz parte da paisagem urbana:

Além de fazerem parte do nosso patrimônio cultural e artístico, as favelas vão se formando através de um processo arquitetônico e urbanístico vernáculo singular, que não só difere do dispositivo projetual [...] da arquitetura e do urbanismo eruditos - seriam mesmo seu oposto - mas também se investe de uma estética própria, com características peculiares, completamente diferente da cidade formal. (p. 13).

As paisagens das favelas são, então, bens culturais que reproduzem a relação da sua população com seu meio, físico e social. São importantes, portanto, para construção da identidade do próprio lugar, para seus moradores e para os moradores de toda a cidade. Segundo Huguenin e Andrade (2014), a dimensão da afirmação da identidade favelada se representa através da memória da paisagem e de suas formas e mudanças. Sendo a favela uma parte importante como parte da paisagem das cidades brasileiras, como por exemplo o Rio de Janeiro, onde sem a tipologia de assentamento, o certo valor da cidade se esvaziaria.

Como afirma Fernandes (2010), cada um dos habitantes das favelas deixa a sua marca na paisagem, individualizando a expressão arquitetônica dos espaços construídos, mesmo em um contexto coletivo que apresentam características de semelhança na composição geral. Por esse motivo é necessário que se compreenda a favela em toda sua amplitude.

Em respeito a isso, em conformidade com Jacques (2001), os projetos arquitetônicos/urbanísticos deveriam atuar por micro-intervenções, que fossem mínimas, que sigam o fluxo natural e espontâneo do existente local. Assim como ocorre dentro dos centros históricos das cidades medievais europeias, é possível trazer melhorias físicas às favelas de forma que se complemente, e não se sobreponha aos processos já iniciado pelos moradores, preservando a atuação destes no espaço, onde principalmente a inspiração deve vir do lugar “favela”.



3. O CASO DO CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO EM FORTALEZA

De forma a compreender melhor o exposto no capítulo anterior, vamos estudar o caso do Conjunto São Vicente de Paulo, na cidade de Fortaleza – Ceará.

3.1. Antecedentes históricos

Em meados do século XIX, a cidade de Fortaleza, capital do Ceará, inicia seu primeiro ciclo de desenvolvimento, passando de centro administrativo da província a centro econômico exportador. Isso se dá pela implantação do primeiro porto da cidade, fruto da demanda internacional por algodão durante a Guerra de Secessão em 1861-1865 (ALMEIDA, 2014, p.76). Como centro econômico, a cidade acaba por se tornar, ao longo das décadas seguintes, foco de atração migratória (DANTAS *et al*, 2009) provenientes do sertão, assolado pela fome e miséria resultantes da estrutura socioeconômica excludente baseada no latifúndio e dos ciclos de secas (1877, 1915 e 1932) (BARROS, 2017). Conforme Barros (2017), as secas aceleraram o crescimento demográfico de Fortaleza, e junto com este, a “favelização” em vários pontos da cidade. Desde 1888, na Planta de Adolfo Herbster da Cidade de Fortaleza Capital da Província, já eram registradas ocupações espontâneas na orla marítima central, identificado como Arraial Moura Brasil.

Segundo Dantas *et al* (2009), a Fortaleza de 1930 sofreu um grande crescimento demográfico que, por um lado, sobrecarrega a infraestrutura da cidade, e por outro, expande sua área territorial, sem expansão da mesma infraestrutura. Os aglomerados gerados pelo aumento da população a partir de então foram identificados: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1930), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles - Campo do América (1950) e Estrada de Ferro (1954). Dos anos 1940 a 1980, o saldo de crescimento populacional da cidade manteve-se superior a 40% década a década. Dentre os motivos encontrados, Dantas *et al* (2009) aponta o término das grandes obras do governo, gerando desemprego, e o baixo grau de industrialização da cidade, que não conseguia absorver a demanda por empregos. Dentre as evidências disso temos a concentração de inúmeros assentamentos populares ocupados em terrenos ao longo do eixo da av. Francisco Sá, núcleo industrial da cidade à época (DANTAS *et al*, 2009).



O Plano Diretor de 1963, feito por Hélio Modesto¹, já traçava segundo Barros (2017), a remoção do Arraial Moura Brasil do centro da cidade, bem como a remoção das favelas das zonas periféricas da cidade. Ele considerava a migração como o principal causa das favelas. Suas propostas de habitações para a população carente e a criação do Serviço Social de Favelas foram pertinentes para a prefeitura através do Programa Integrado de Desfavelamento e da Fundação do Serviço Social de Fortaleza em 1969.

Segundo Almeida (2014), as cidade brasileiras se caracterizam pela ocupação, muitas vezes forçada, de suas periferias por classes mais vulneráveis, sendo estas na sua maioria áreas longe dos centros ou em suas bordas. O deslocamento para as periferias em Fortaleza conforme Gondim (2008) acontece por volta dos anos 70, com as construções de conjuntos habitacionais, sendo a política de remoção a mais utilizada pelos governos militares.

O Programa Integrado de Desfavelamento, segundo Barros (2017), institucionalizou a segregação socioespacial, urbana e econômica, em diferentes escalas sociais, criando conjuntos habitacionais para a realocação. Contudo, a “elevação do nível de vida” das pessoas não foi o objetivo alcançado, já que a qualidade dos conjuntos construídos é fortemente questionável. Além disso, os moradores, antes localizados em terrenos próximos ao Centro, passam a serem obrigados a viver em áreas distantes, com acesso dificultado a serviços públicos, oferta de emprego e vínculos sócio-culturais. Essas eram as características das políticas urbanísticas da década de 1960. Esse sistema de erradicação de favelas funcionou mais como uma política de isolamento, limitando ao máximo o poder do pobre na escolha do local de moradia. Em Fortaleza, essas remoções tinham três destinos segundo Barros (2017): Conjunto Palmeiras, Conjunto Marechal Rondon e Conjunto Alvorada, todos localizados em áreas periféricas do Município de Fortaleza. Com promessas de casas próprias para os moradores, muitas das vezes os conjuntos não tinham água, luz, e pouca acessibilidade. Além disso, as práticas de desfavelamento em Fortaleza ignoravam as questões sociais.

O fracasso deste tipo de intervenção dá-se com o processo massivo de favelização dessas áreas, resultando, junto com o processo de redemocratização do país, em pressões de

¹ O arquiteto e urbanista Hélio Modesto trabalhou em um dos mais completos estudos realizados sobre favelas na cidade de São Paulo até a década de 1960 pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais. Em 1963 ele foi um dos responsáveis pela elaboração do Plano Diretor de Fortaleza. Voltando ao Rio de Janeiro no final da década de 1960 para a elaboração de estudos, desta vez sobre comunidades carioca pela SAGMACS.



movimentos sociais, tendo como ênfase o direito à moradia. Na década de 1980 vemos então como a retomada dos debates em torno da participação popular e do direito à cidade resultaram na intervenção na Comunidade das Quadras, posterior Conjunto São Vicente de Paulo.

3.2. Da Favela das Quadras a Conjunto São Vicente de Paulo

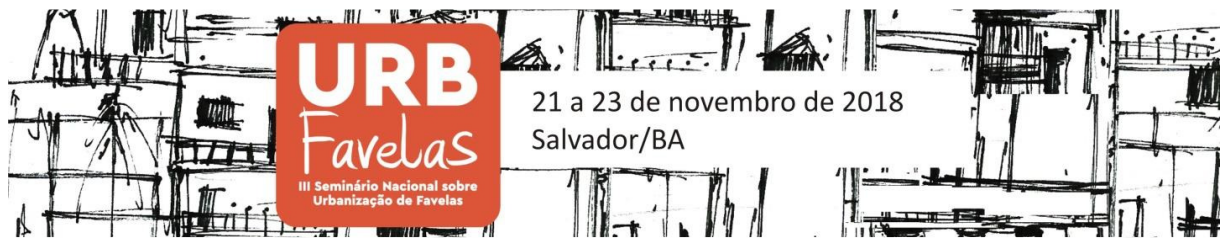
Com o desenvolvimento da cidade, as áreas adjacentes do centro da cidade começam a ser ocupadas por favelas a partir de uma população sertaneja, em busca de melhores condições de vida e trabalho. O presente estudo irá focar na expansão leste da cidade, no bairro da Aldeota, e se baseará em mapas que expressam a forma de ocupação na região onde se encontrava a Favela das Quadras, que deu origem ao Conjunto São Vicente de Paulo.

No mapa de 1945 (figura 1) é possível notar a mancha central da cidade e as áreas de expansão radial, com destaque à expansão leste, região da Aldeota, em loteamentos de desenho ortogonal e ainda de ocupação rarefeita. Essa expansão limitava-se no extremo leste pela linha férrea Parangaba-Mucuripe, que conectava o novo Porto da cidade às regiões agrícolas do interior do Ceará.

Figura 1 - Mapa da cidade de Fortaleza de 1945, em destaque para a área de estudo.

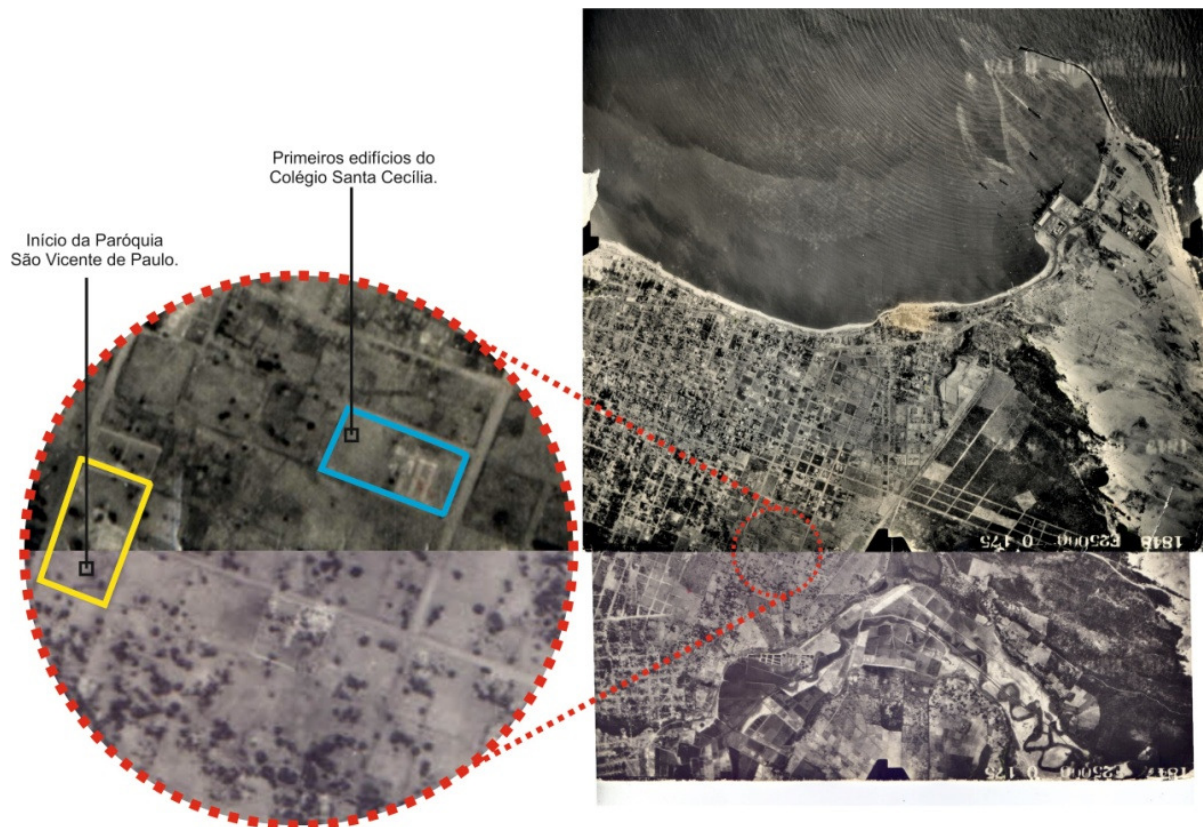


Fonte: Arquivo Nirez, com modificações do autor.



Em foto aérea de 1958 (figura 2), trecho leste da cidade, podemos perceber que o adensamento da mancha urbana, mesmo que ainda baixo, se intensifica no sentido centro-leste, ocupando parte da Aldeota e da praia do Meireles. A paisagem desta área da cidade se contrastava drasticamente com o centro da cidade, com a predominância da vegetação e quadras vazias. No detalhe, é possível ver que a área de estudo é loteada, podendo-se identificar as primeiras edificações: os primeiros prédios do Colégio Santa Cecília e da Paróquia São Vicente de Paulo. Não é possível identificar, porém, nenhuma ocupação espontânea de favelas e barracos no espaço.

Figura 2 - Mapa da cidade de Fortaleza de 195, em destaque para a área de estudo.

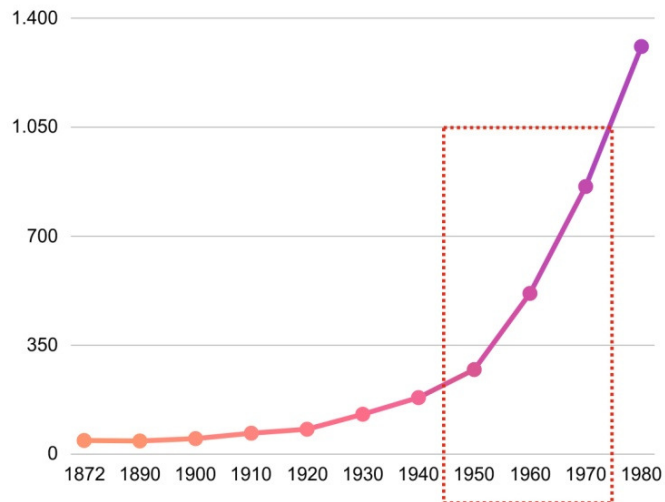


Fonte: Arquivo Nirez/CPRM, com modificações do autor.

Não foram encontrados aerofotos, mapas ou plantas da cidade de Fortaleza da década de 1960, porém os dados do crescimento demográfico da cidade (figura 3) demonstram o aumento populacional muito superior comparando com as décadas anteriores, compondo-se em inúmeros assentamentos precários que temos conhecimento.



Figura 3 - Crescimento demográfico da cidade de Fortaleza de 1872 a 1980.



Fonte: FARIAS *apud*. ALMEIDA (2014), com modificações do autor, confeccionado no *site* Canvas.

Em estudo sobre o problema de habitação da cidade e o número de favelas que ali se instalavam, realizado em 1971, o Programa Habitacional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), catalogou e mapeou mais de 70 assentamentos espontâneos na cidade (figura 4).

Figura 4 - Vilas Marginais de Fortaleza em 1971, com destaque para a área de estudo.



Fonte: Programação Habitacional 1971 *apud*. Biblioteca SEMACE, com modificações do autor.

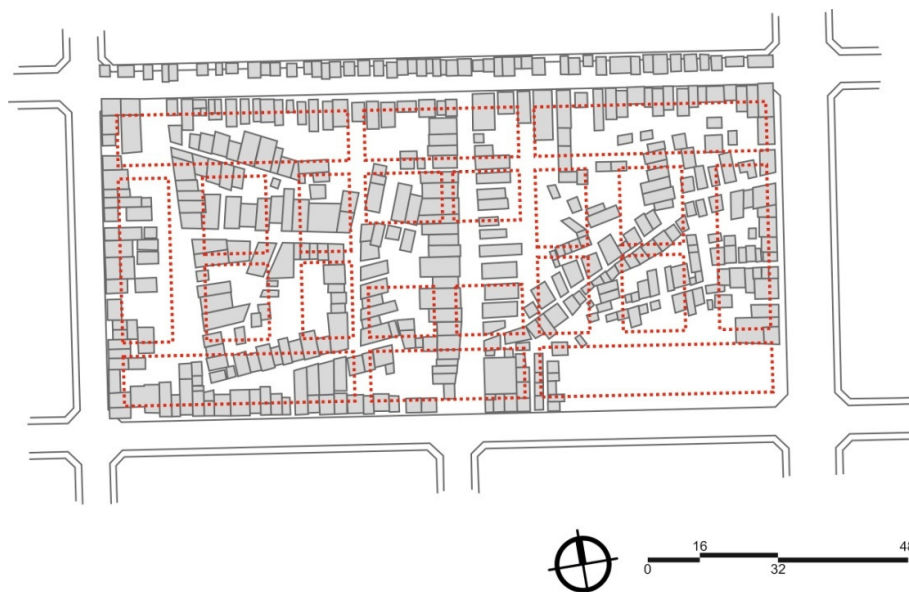


O trecho estudado consegue mostrar uma parcela da malha urbana de Fortaleza que se consistia em diversas favelas assentadas na Aldeota, Meireles, Varjota e Papicu, as quais hoje muitas já não existem mais. O futuro Conjunto já é visto pela primeira vez em um documento oficial, como era conhecido na época, Favela das Quadras. Neste documento a ocupação é nomeada como Vila Marginal Itororó, sob o número de legenda 17. É importante salientar que a quantidade de favelas nesta zona da cidade era significativo, e diversos outros trechos da cidade na zona leste também contavam com esta tipologia de ocupação.

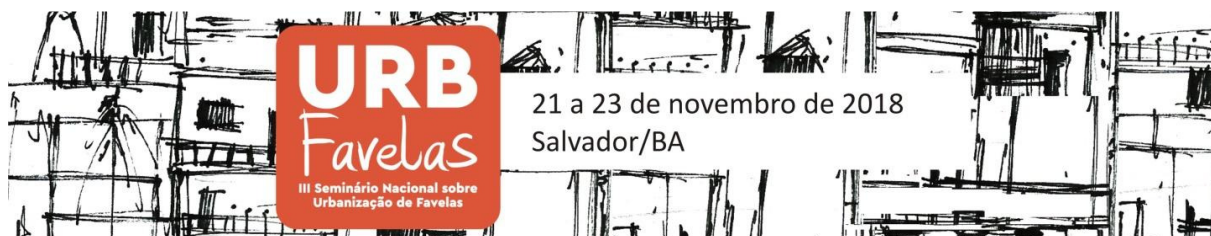
Restaram pouco destes assentamentos espontâneos atualmente. As atividades de remoções entre os anos 1970 e 1980 foram constantes na cidade; as populações eram levadas para conjuntos habitacionais distantes sem infraestrutura e condições de acessibilidade precária. Porém, o caso tratado em específico, a população permanece no mesmo local, dotada de infraestrutura disponibilizada pelo Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA).

Iniciado nos primeiros meses de 1982 e terminado em junho de 1986 o conjunto habitacional foi fracionado em 4 etapas, onde a população era realocada para um alojamento dentro do perímetro do assentamento enquanto se construía os blocos residenciais (figura 5).

Figura 5 - Morfologia original da Favela das Quadras com o traçado imposto pelo projeto do conjunto habitacional da PROAFA.



Fonte: PROAFA apud COHAB, editada pelo autor para exemplificação ilustrativa.



A partir de desenhos disponibilizados pela Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB), foi possível a produção de materiais gráficos que pudessem compreender a inserção do projeto no espaço. Notamos que assim como intervenções racionais não respeitavam o traçado espontâneo existente. O projeto do conjunto também não levou em conta a morfologia da favela. A proposta de intervenção buscou ‘normatizar’ e igualar as habitações, não levando em consideração as necessidades de cada família, além de desprezar a forma construída do espaço existente com suas própria dinâmicas e relações. O modelo proposto se simplifica em uma representação do traçado xadrez em uma pequena escala.

O Conjunto possuía em sua conclusão 444 habitações, dentre estas catalogadas em 3 tipologias diferentes, direcionadas aos moradores conforme sua condição financeira e número de membros da família. A partir deste momento, prevalece o nome Conjunto São Vicente de Paulo, não mais como Favela das Quadras, ou Favela Santa Cecília, nem mesmo como Comunidade das Quadras Ementrevista com os moradores, fomos informados que eles não se sentem confortáveis com os usos destas nomenclaturas, e preferem que seja utilizado o nome oficial do conjunto. Foram contabilizadas no total: casas tipo A - 142 unidades com 21m²; casas tipo B - 117 unidades com 24m²; casas tipo C - 163 e casas tipo C1 - 22 unidades com 42m². A diferença entre a tipologia C e C1, seria a variação de alguns metros devido a tipologia C1 possuir um quintal de fundos adicional.

3.3. A (re)apropriação do espaço pelos moradores

Com o passar dos anos, modificações foram feitas pelos moradores para que suas necessidades habitacionais fossem atendidas. Em sua maior parte, as residências avançaram nos passeios para que pudessem acrescentar alguns metros quadrados ao interior da casa. Isso resultou na perda de áreas verdes propostas, além da verticalização e criação de varandas em muitas casas. Poucas das residências restam que ainda não passaram por modificações.

Comparando um levantamento das fachadas das casas entregues no projeto original em 1986 com as modificações dos moradores em condição atual na rua Verdes Mares sentido leste, podemos notar claramente a ação dos moradores como adaptadores das residências para atender suas atuais necessidades e como isso se exprime na paisagem do local do conjunto (figura 6).

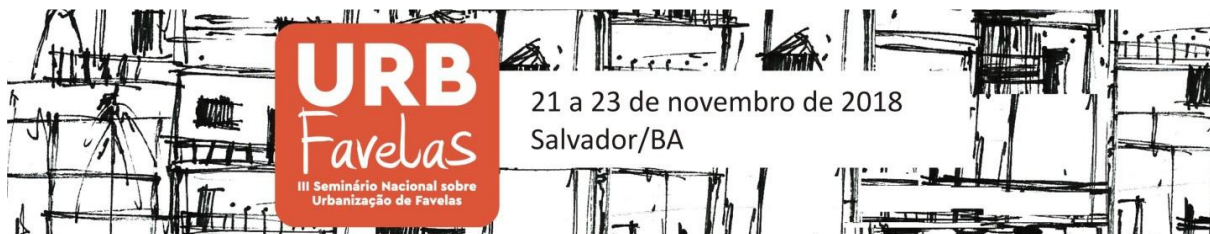


Figura 6 - Modificações nas residências feitas pelos moradores.



Fonte: PROAFA apud COHAB, editada pelo autor para exemplificação ilustrativa; Desenho produzido pelo autor a partir de fotos e jogo de proporção para uma aproximação do existente.

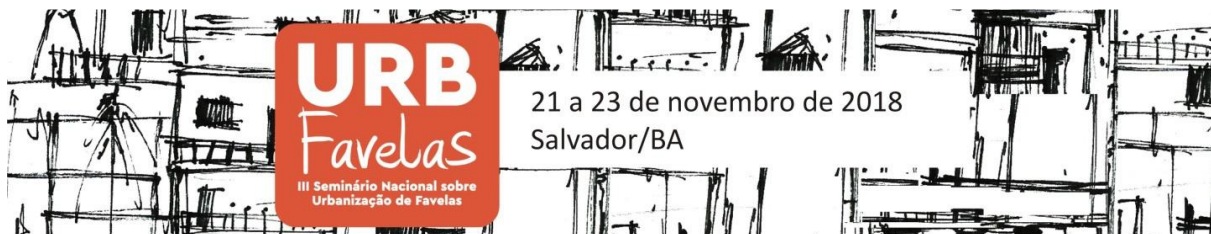
A atuação dos moradores não se limita apenas em suas residências. As suas ruas viram uma extensão de suas salas, devido estas avançarem os passeios, acabam por ficarem mais próximas à via, e por isso podemos ver nitidamente o que acontece dentro das casas. É habitual encontrar moradores sentados em suas cadeiras, e até mesas nas calçadas em frente às casas, além da utilização dos espaços públicos para colocar roupas nos varais, venda de diversas comidas ao entardecer e cultos religiosos, o que cria um movimento de moradores nas ruas durante todo o dia e noite.

A inserção de mobiliários urbanos nas ruas pelos moradores é outra característica marcante, devido a falta de espaços de convivência e atuação do poder público, os moradores se veem como grandes protagonistas destes espaços, moldando e utilizando-os conforme suas necessidades. É possível encontrar banco criados pelos moradores dentro do conjunto, assim como a utilização de espaços ambíguos como local de estar e convivência, neste caso a rampa de acessibilidade da entrada da Associação de Moradores é ocupada por jovens como banco.

Figura 7 - Atuação dos moradores no seu espaço urbano (2018).



Fonte: Rafael Carvalho.



Devido a estas modificações as ruas dentro do conjunto São Vicente de Paulo diferem das tipologia de vias que estão em seu entorno, o que acaba por criar características próprias ao conjunto que não são encontradas em outros lugares, o que o senso comum popular considera favela.

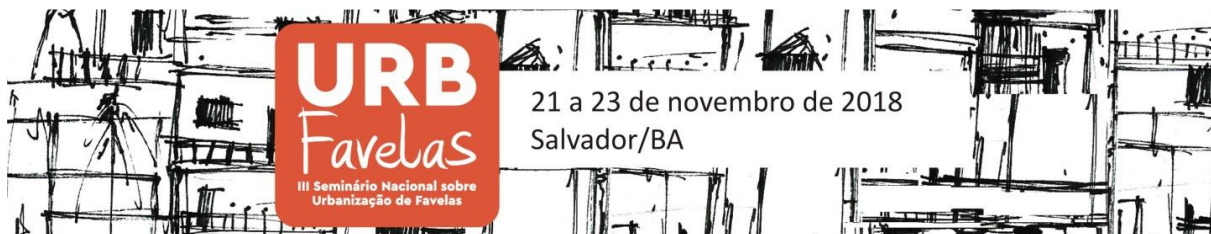
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se fazer um estudo das dinâmicas das cidades tradicionais e as relações que a favela carrega desta, sendo esta uma forma de representação da resistência do modelo tradicional das cidades representado no cenário contemporâneo. Buscou salientar as qualidades destes espaços que se perderam com a imposição de um novo modelo, e que porém, conseguimos encontrá-las facilmente nas favelas.

O caso do Conjunto São Vicente de Paulo, consegue ser um exemplo de assentamento espontâneo com traçado orgânico, vias apropriadas para pedestres e dinâmica própria semelhantes estas iguais às cidades tradicionais, que em seu processo de urbanização sofre modificações urbanísticas drásticas no seu espaço, implantando um novo traçado viário, sendo este rígido e geométrico, além da implantação de habitações uniformes para uma população com necessidades heterogêneas. Apesar deste tipo de intervenção ‘haussmanniana’ no espaço, constatou-se que diversas características da “favela” foram preservadas pelos seus habitantes como: crescimento espontâneo vertical e horizontal das residências, apropriação do espaço público como extensão do espaço privado, improvisação na criação de mobiliários e espaços de convivência, grande diversidade de formas de modificação das habitações (autoconstrução), vias prioritariamente de pedestres, uso de veículos automotores reduzida, proximidade física das habitações e a variedade de usos.

Podemos então afirmar que o Conjunto São Vicente de Paulo, conseguiu superar as barreiras impostas pelo modelo da cidade “formal”, que utilizou a “formalização” do espaço para suprimir a imagem da “favela” que o local possuía, os moradores conseguiram este feito preservando seus costumes e reafirmando suas características através do tempos e sua deliberada ação no espaço que a eles pertencem.

A compreensão do que se é favela acaba que vai muito além de ruas sinuosas, orgânicas e estreitas, não se prende apenas na falta de infraestrutura de abastecimento de água, rede elétrica e pavimentação, ou atrelada a níveis de escolaridade, criminalidade e



condições financeiras dos moradores, mas sim nos elementos visuais, físicos e conotativos que o espaço em si possui junto com os costumes e práticas exercidas por uma população específica, que acabam por moldar intuitivamente a paisagem da cidade, demonstrando que apesar de se inserirem em possíveis modelos propostos pela cidade “formal” algumas características das cidades tradicionais continuarão a resistir através da população moradora das favelas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Araújo. **Segregação urbana na contemporaneidade: O caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza.** 2014. 259 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

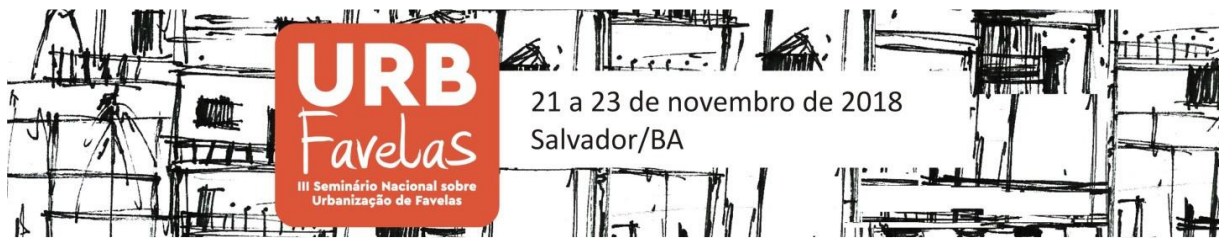
BARROS, A. C. **Favelas em Fortaleza: do surgimento a tentativa de erradicação (1877-1973).** In: XXIX Simpósio Nacional de História. *Contra os preconceitos: História e Democracia.*, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

CANTARINO, Carolina. **Onde está o patrimônio da cidade.** Revista Eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). nº6. Publicado em: jan./fev. 2007 . Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=104>>. Acessado em: 22 abr. 2018.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clelia Lustosa. **DE CIDADE A METRÓPOLE: (trans)formações Urbanas em Fortaleza.** Fortaleza: Edições UFC, 2009. 235 p.

FERNANDES, André. **IRÃO AS FAVELAS SE TORNAR AS VEDETES DO URBANISMO PÓS-MODERNO?.** Publicado em 19 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.anf.org.br/irao-as-favelas-se-tornar-as-vedetes-do-urbanismo-pos-moderno/>>. Acessado em: 22 abr. 2018.

FERRARA, Lucrécia D’Alessio. *As Cidades Ilegíveis - Percepção Ambiental e Cidadania.* RIO, Vicente del; OLIVEIRA, Livia de. (org). **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira.** Studio Nobel. Universidade Federal de São Carlos: UFSCar. 1996. p. 61-80.



GONDIM, Linda M. P. **A FAVELA DEPOIS DO ESTATUTO DA CIDADE. NOVOS E VELHOS DILEMAS À LUZ DO CASO DO POÇO DA DRAGA (FORTALEZA-CE.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 10, núm. 2, novembro, 2008, pp. 97-114. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Recife, Brasil.

HUGUENIN, J.P.O. (1); ANDRADE, L.S. (2). **Favelas Cariocas: Pelo seu reconhecimento como paisagem cultural do Rio de Janeiro.** In.: FÓRUM PATRIMÔNIO: AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL.7, Belo Horizonte, n.2 Jul. Belo Horizonte, Revista Eletrônica. Dez. 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética das favelas.** Arquitectos. São Paulo. Ano 02. n. 013.08. Revista Eletrônica Vitruvius. Publicado em: jun. 2001. Disponível em: «<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02.013/883>». Acessado em: 19 mar. 2018.

JODELET, Denise. A cidade e a memória. In: RIO, Vicente del; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (org.). **O Projeto do Lugar** - colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contracapa/PROARQ. 2002. Rio de Janeiro. pg 31-45.

LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Complexidade organizada na favela:** a configuração dos assentamentos informais e o papel da auto-organização. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo. 2014a. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 20-24 out. 2014.

LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; MEDEIROS, Valério A.S. **Favela contemporânea ou Organicidade transversal?** A cidade e seus padrões emergentes. In: Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília. Universidade Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2014b . Disponível em: «<http://www.shcu2014.com.br/content/favela-contemporanea-ou-organicidade-transversal-cidade-e-seus-padroes-emergentes>» . Acessado em: 22 abr. 2018.



MUMFORD, Lewis. **A CIDADE NA HISTÓRIA: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo. Editora Martins Fontes. 1998.

OLIVEIRA, Letícia Furlan de. **URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: da espontaneidade à cidade formal.** 114 p. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru. São Paulo. 2010.

OLIVEIRA, Daniella Silva de. **Uma iniciação dos estudos sobre as favelas da Baixada Santista e suas possíveis relações com alguns conceitos de patrimônio.** Revista Ceciliana. Número especial: Patrimônio Cultural. Universidade Santa Cecília. Santos. São Paulo. Publicado em mai. 2012. Disponível em: «<http://docplayer.com.br/11267029-Uma-iniciacao-dos-estudos-sobre-as-favelas-da-baixada-santista-e-suas-possiveis-relacoes-com-alguns-conceitos-de-patrimonio.html>» . Acessado em: 19 mar. 2018.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas Urbanas: A dissolução das quadras.** Porto Alegre. Editora Bookman. 2013.

SALÍNGAROS, Nikos; BRAIN, David; DUANY, Andrés; MEHAFFY, Michael; PHILIBERT-PETIT, Ernesto. **Habitação socialmente organizada, uma nova abordagem à estrutura urbana I: design capaz de estabelecer posse emocional.** Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 2, n. 2, p. 191-211, jul./dez. 2010.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes (organizadores). **O que é favela afinal ?** Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.